



O INVENTÁRIO DAS DISSERTAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

THE INVENTORY OF DISSERTATIONS ON THE EXPANSION AND INTERIORIZATION OF FEDERAL INSTITUTES

Suelma dos Reis Pereira Alves

suelma.guarinos@hotmail.com

Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Léia Adriana da Silva Santiago

leiasantiago01@gmail.com

Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Marco Antônio de Carvalho

marco.carvalho@ifgoiano.edu.br

Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Rosita Camilo de Souza

rosita.souza@ifg.edu.br

Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa do tipo estado do conhecimento, a respeito do processo de interiorização e expansão dos Institutos Federais, visando a verificar os impactos desse processo nos municípios e região onde foram instalados os distintos *campi*. Foi realizada uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com um recorte temporal do ano de 2012 até 2019, resultando na análise de nove trabalhos, contemplando estudos de todas as regiões brasileiras. As pesquisas sinalizam que os Institutos Federais (IFs) cumprem a lei, ofertando em todo o país 68% das vagas nos cursos de nível técnico integrado, pois a Lei n. 11.892/2008 determina que ao menos 50% das vagas ofertadas devem ser do Ensino Médio Integrado (EMI). A Educação Profissional e Tecnológica passa a ser uma política de bem-estar social e inclusão por meio da educação profissionalizante e básica, com o compromisso da emancipação, formação humana integral, do desenvolvimento local e regional.

PALAVRAS-CHAVE: Institutos Federais; Expansão e interiorização; Cursos técnicos.

ABSTRACT

This paper is the result of a qualitative research of the state of the art type, regarding the internalization and expansion process of the Federal Institutes, looking to verify the impact of said process in the municipalities and region where the different campuses were installed. Searches were made in the Theses and Dissertations Digital Library (TDDL) and CAPES Catalogue of Theses and Dissertations, with a time frame from 2012 to 2019, resulting in the analysis of nine works, contemplating studies from all Brazilian regions. The researches indicate that the Federal Institutes (FIs) follow the legislation, offering in the whole country

68% of the vacancies in integrated technical courses, for the Law n. 11.892/2008 stipulates that at least 50% of the vacancies offered must but from Integral High School (IHS). Professional and Technological Education becomes a welfare, inclusive policy through a professional and basic education committed to human emancipation and integral formation and local and regional development.

KEY-WORDS: *Federal Institutes; Expansion and internalization; Technical courses.*

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC), por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), criou em 2005 o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, com a meta de aumentar o número de instituições por todo o país. É nesse contexto que, no ano de 2008, é aprovada a Lei n. 11.892/2008, criando uma nova institucionalidade para a educação profissional, com foco no “ensino público gratuito, democrático e de excelência” (PACHECO, 2011, p. 15).

A criação dos Institutos Federais (IFs) alinhou-se à política de expansão e interiorização promovida no governo Lula, com o objetivo de expandir a rede federal de ensino para o interior do país, criando os institutos e universidades nas regiões não atendidas pelas políticas públicas educacionais do governo federal.

Os IFs começaram a atuar não somente na formação dos cursos profissionalizantes. Eles também ampliaram a oferta de cursos de graduação e pós-graduação e passaram a promover a pesquisa e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, local e regional, compreendendo a pesquisa como princípio científico e educativo nas ações de extensão, sendo uma forma de diálogo permanente com a sociedade e revelando a sua decisão de romper com o conhecimento fragmentado (PACHECO, 2011). A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passa a ser uma política de bem-estar social, uma política de inclusão e profissionalização, por meio da educação profissionalizante e básica.

Pacheco (2011) diz que esse novo modelo de educação tem o objetivo da emancipação do sujeito e esclarece que o que se propõe é uma educação associada a um projeto democrático, valorizando os sujeitos excluídos da nossa sociedade; uma educação capaz de superar os princípios e conceitos da escola, incorporando os gestados pela sociedade organizada.

Assim, no ano de 2002, havia 140 instituições, unidades de educação no nosso país. Com a Lei n. 11.892/2008, houve o processo de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional (RFEPCT), quando as Escolas Agrotécnicas, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e a grande maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) fundiram-se, criando os Institutos Federais. Hoje só permanecem o CEFET-RJ e o CEFET-MG. Na primeira fase da expansão da Rede Federal, que se iniciou em 2005 e finalizou em 2007, a prioridade foi a construção em locais onde não existiam as instituições, como Acre, Amapá, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, nas periferias dos grandes centros urbanos e nos municípios do interior (BRASIL, 2018).

São três as dimensões que pautam a expansão da EPT: a dimensão geográfica, a social e a do desenvolvimento. Cada dimensão tem fatores considerados prioritários. Na dimensão geográfica, a prioridade é a interiorização da oferta da educação profissional técnica e de nível superior, atendimento às mesorregiões brasileiras, objetivando contemplar municípios não atendidos nas mesorregiões brasileiras por escolas federais, especialmente aqueles com 50.000 habitantes ou localizados nas microrregiões não atendidas, ofertar curso superior federal para os estados que estavam abaixo da média nacional (AQUINO, CAMPINHO e ARRUDA, 2020).

Na dimensão social, a justificativa é a universalização do atendimento aos territórios de cidadania¹, bem como o atendimento aos municípios em situação de extrema pobreza² e os municípios populosos³ que apresentam baixa renda *per capita*, integrantes do G100. Com relação à dimensão do desenvolvimento, o foco é o atendimento a municípios com Arranjos Produtivos Locais (APLs) e o entorno de grandes investimentos (AQUINO, CAMPINHO e ARRUDA, 2020).

Na segunda fase, principiada em 2007, o objetivo foi criar mais de 150 instituições contemplando todos os estados, o Distrito Federal e 150 municípios diferentes, selecionados pelo MEC, após manifestação de interesse das prefeituras municipais (BRASIL, 2018).

A terceira fase, iniciada em 2011, tinha como meta o alcance de 208 novos *campi* até o fim de 2014, finalizando um processo de expansão que recebeu o nome de Ifetização. A construção dessas escolas teve como meta a capacitação e a formação profissional e tecnológica por meio de cursos integrados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, representando o desenvolvimento nas regiões implantadas (FERNANDES, 2008).

A Rede Federal é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); Escolas Técnicas vinculadas às universidades; Colégio Pedro II e seus respectivos *campi*; Universidades Tecnológicas (UTs); e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). São 38 institutos, com diferentes localizações por todo o país, atuando nos cursos técnicos com 50% das vagas, sendo a maioria integrada ao ensino médio. Em tais instituições, são disponibilizadas vagas também para bacharelados e graduações tecnológicas, especializações, mestrados e doutorados, incentivando a pesquisa sobre a inovação tecnológica, assim como são reservadas 20% das vagas para as licenciaturas (PACHECO, 2008).

Nesse sentido, esse estudo do tipo estado do conhecimento teve o objetivo de realizar um levantamento bibliográfico do que tem sido produzido a respeito do processo de interiorização e expansão dos Institutos Federais, visando verificar os impactos desse processo nos municípios e região, onde foram instalados os distintos *campi*. A questão-problema que norteia esta revisão é: quais foram os impactos da expansão e interiorização onde os *campi* foram instalados?

AS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2019

Na construção deste estado do conhecimento, usamos a base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES). A justificativa da escolha das duas plataformas é que são amplas e com acesso a teses e dissertações das principais universidades e instituições de cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, do Brasil.

¹ Os Territórios da Cidadania são uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

² Em 2018, o país tinha 13,5 milhões de pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>.

³ Segundo a classificação do IBGE, que utiliza o critério demográfico, uma cidade pode ser pequena, média, grande/populosa ou uma metrópole. Pequena é a cidade que tem população urbana superior a 5 mil e inferior a 30 mil habitantes; média é a que tem entre 30 mil e 100 mil; grande/populosa é a que tem entre 100 mil e 500 mil; metrópole é a que tem mais de 500 mil habitantes. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf.

Para tal levantamento, foram selecionados descritores como “expansão AND interiorização AND instituto federal”, com recorte temporal entre os anos de 2012 a 2019, quando a rede federal já havia passado por um aumento expressivo no número de instituições e *campi* no país.

Foram encontrados 24 estudos na BDTD e 54 na CAPES que apresentavam, no título e no resumo, relação com a temática, independente da área de estudo. Foram descartados os estudos que analisavam a expansão de cursos superiores e a formação de professores. Foram incluídas as dissertações e os estudos que analisaram a expansão e interiorização focando nos cursos técnicos, ou seja, Ensino Médio Integrado (EMI), cursos concomitantes e subsequentes, considerando estudos de *campi* construídos durante o Programa de Expansão da Rede Federal. Incluímos a pesquisa sobre o IF Goiano Campus Ceres por ser o local da pesquisa que estou desenvolvendo no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) abordando essa temática. Após os critérios de inclusão e exclusão, chegamos ao quantitativo de nove dissertações publicadas entre 2012 e 2019.

A seguir, no Quadro 1, descrevemos as informações básicas dos materiais encontrados.

Quadro 1: Dissertações selecionadas na BDTD e CAPES sobre a expansão e interiorização dos Institutos Federais

TIPO	ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
Dissertação	2012	Paulie Ceres Palasios	A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: perspectiva e possibilidades	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Agronomia
Dissertação	2013	Elizane de Araújo Leite	A expansão e a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas sob a ótica da qualidade	Universidade Federal do Amazonas
Dissertação	2014	Pedro Clei Sanches Macedo	Educação Profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Dissertação	2015	Valter Garabed de Souza Moreira	A política pública da Educação Profissional e Tecnológica no Campus Panambi do Instituto Federal Farroupilha	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
Dissertação	2016	Marcio Rogério Tomazzi Estevo	Educação Profissional no Brasil e interiorização do Instituto Federal de São Paulo: Trajetórias e Lógicas da Expansão	Universidade Federal de São Carlos
Dissertação	2016	Felipe Alexandre Lima Fernandes dos Santos	Expansão e Interiorização da Rede Federal de Educação Profissional: reflexões sobre	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

			a implantação do IFES Campus Ibatiba	
Dissertação	2017	Geórgia Valéria Andrade Loureiro Nunes	A interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas: o Campus Murici	Centro Universitário Tiradentes
Dissertação	2017	Frederico Santiago Lima	A implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense: uma discussão sobre a proposta de oferta de cursos e sua inserção regional	Universidade Candido Mendes
Dissertação	2019	Layane Almeida Monte	Expansão e Interiorização dos Institutos Federais de Educação: reflexões sobre a implantação e atuação do IFPI – Campus Angical	Universidade Federal do Piauí

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A DISSERTAÇÃO DE PALASIOS

Assim, começando pelo texto escrito por Palasios (2012), observamos que esta autora procurou verificar a inserção e atuação dos egressos do IF Goiano - Campus Ceres nos arranjos produtivos locais do Vale do São Patrício, situado no centro-norte do estado de Goiás e as possibilidades de seu aporte nessa direção, diante da Lei n. 11.892/2008. Foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes agências e atores de desenvolvimento local/regional, no âmbito do Vale do São Patrício: produtores rurais, dirigentes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Goiás (EMATER), agricultores familiares e os egressos dos cursos do IF Goiano – Campus Ceres. Na pesquisa, foi discutida a relação entre educação, trabalho e desenvolvimento econômico, incorporando críticas à formação que atende apenas ao mercado de trabalho, tendo como perspectiva a educação emancipatória.

Os egressos que participaram da pesquisa do Vale do São Patrício residiam em Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Itapaci, Itapuranga, Jaraguá, Rialma, Rubiataba, Santa Isabel e Uruana. Foi um total de 109 egressos e concluintes, estes remanescentes da época de criação e implantação da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe) até o ano de 2010, sendo que 80,2% residiam na zona urbana e 19,8% na zona rural. Estiveram incluídos no estudo egressos de 37 municípios, sendo 30 do estado de Goiás, os outros dos estados do Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins.

A autora esclarece que 53,8% desses egressos cursaram Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, 15,4% Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, 0,9% Informática Integrado ao Ensino Médio, 15,4% Agricultura curso concomitante subsequente, 3,4% Agroindústria curso concomitante subsequente, 11,1% curso superior de Zootecnia e que 8,3% realizaram mais de um curso no Instituto. Os resultados encontrados indicam que 65,6% dos egressos acreditam que a melhor formação aconteceu nos cursos técnicos; 39,86% afirmam que a principal contribuição do curso foi a formação profissional e 36,60% denunciaram a falta de embasamento teórico nos cursos. Outros 63,1% dos egressos avaliaram que as exigências dos cursos deveriam ter sido maiores, enquanto 40,2% apontaram que a maior dificuldade se dá após a conclusão, no momento de ingressar no

mundo do trabalho, o que também encerra contradição, visto que 76,7% reconheceram a existência de demanda de profissionais para a área nas regiões, sendo a Agropecuária, a Zootecnia e a Agricultura as que mais se destacaram. Dos 109 egressos entrevistados ou que responderam ao questionário, 40,4% atuam na área de formação e 59,6% em outras áreas.

Participaram da pesquisa 168 produtores rurais e agricultores familiares. Verifica-se que 71,26% afirmam que o Campus Ceres trouxe benefícios para as suas atividades, e 46,81% têm a percepção de que é um local de conhecimento e informação, contribuindo com a formação técnica e capacitando profissionais para atuar na área técnica. Quando questionados sobre o conhecimento dos cursos ofertados na instituição, 55,83% afirmaram conhecer os cursos, sendo o mais conhecido o de Agropecuária. Além disso, 60,71% disseram nunca ter sido convidados para qualquer evento na instituição; as empresas identificaram as contribuições, os pontos fortes e o que precisa ser melhorado nos cursos. Nesse sentido, com relação ao ensino, foi constatado que a metodologia precisa ser revista para garantir melhor desenvolvimento das habilidades e competências imperativas ao mundo do trabalho. Há um forte aumento de crescimento dos setores produtivos e dos APLs, que precisam de uma articulação maior com o ensino, a pesquisa e a extensão.

A pesquisadora conclui que o papel dos IFs é de alta complexidade, pois o ensino precisa estar atento ao mundo produtivo de seus territórios, envolvendo diversos atores e desempenhando diferentes atividades produtivas. O Campus Ceres tem contribuído para a melhoria da produção dos agricultores familiares e auxiliado dessa forma na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, no desenvolvimento do Vale do São Patrício.

A DISSERTAÇÃO DE LEITE

Leite (2013) buscou em sua pesquisa conhecer o processo de expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Amazonas (IFAM), seu vínculo com o planejamento estratégico, sob a ótica de ferramentas da qualidade. Usou a abordagem qualitativa e quantitativa, estudo de caso institucional, com revisão bibliográfica e documental descritiva e exploratória. A pesquisa se limitou a estudar o processo de implantação das unidades, considerando a infraestrutura necessária e o número de alunos matriculados, não discutindo o ensino propriamente dito. Foi feito o estudo histórico da EPT nacional e, em seguida, a do estado do Amazonas, analisando as ferramentas e os instrumentos que contribuem para a identificação da melhoria da qualidade do ensino.

A autora afirma que a EPT se iniciou no interior do estado do Amazonas em 2007 com apenas 193 alunos. Em 2008, aumentou para 489 matrículas. Comparando o primeiro semestre de 2013 com o ano de 2007, a expansão teve um aumento de 4.000%, ou seja, 4.728 discentes proporcionaram experiências, pesquisas, conhecimentos, desenvolvimento da região e formação profissional para inserir e manter no mundo do trabalho os jovens recém-formados. Complementa informando que o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 estava sendo cumprido, pois, no 1º semestre de 2013, o número de matrículas na capital foi de 7.249, correspondendo a 60,52%, e no interior de 4.728, equivalendo a 39,48%. Utilizando como fonte a Coordenação de Estatística e Pesquisa Institucional/IFAM, de 2013, ressalta que foram realizadas 3.339 matrículas no Ensino Médio Integrado, representando 27,87% do total de matrículas, enquanto no ensino médio subsequente o número foi de 2.707, com percentual de 22,60%, no primeiro semestre do ano de 2013.

Na sequência, apresenta informações de um Relatório do Planejamento Estratégico do IFAM 2012-2017 (2012), revelando que o aumento crescente do número de matrículas dos cursos de nível técnico tem levado a instituição ao esgotamento de capacidade instalada no

IF, pois o corpo docente, administrativo, os equipamentos e as instalações não suportam por muito tempo tal demanda, o que exige da gestão uma nova postura. Os gargalos identificados que atrasaram a expansão foram: infraestrutura precária, pessoal não motivado ou não capacitado, recursos humanos ineficientes, falta de comprometimento e informação. Foi elaborado um mapa priorizando seis aspectos que demonstraram os efeitos que a expansão promoveu: desenvolvimento de pessoas, eficiência acadêmica, eficiência gerencial, melhoria da imagem institucional, responsabilidade socioambiental e satisfação com o governo federal.

Em suas conclusões, deixa claro que o processo de expansão contribuiu significativamente no desenvolvimento regional por meio do aumento expressivo no número de matrículas, comprovando que mais jovens estão se qualificando sem deixar sua terra natal. Ela recomendou a continuação da pesquisa utilizando metodologia que vise ao desenvolvimento de indicadores para o acompanhamento da qualidade da interiorização, sua contribuição para o desenvolvimento do município e para a empregabilidade.

A DISSERTAÇÃO DE MACEDO

O texto de Macedo (2014) procurou compreender o processo de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) a partir da expansão da rede federal de educação profissional no Brasil e sua relação com o projeto de desenvolvimento territorial do Amapá. A pesquisa investigou o processo histórico do Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari e Campus Macapá, fazendo uma relação com o desenvolvimento territorial, identificando quais foram os impactos das políticas públicas voltadas para a EPT e discutindo o conceito de território, trabalho, desenvolvimento, gestão, mercado e infraestrutura. Ele desenvolveu o trabalho dentro de uma abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental descritiva e etnográfica, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas com os servidores da instituição para a coleta de dados.

O autor inicia descrevendo que a pesquisa teve uma motivação pessoal e profissional, pois ingressou no IFAP no cargo técnico no primeiro concurso público e, então, sentiu o desejo de conhecer as complexidades da organização estrutural da instituição. A história do IFAP se inicia em 25 de outubro de 2007 pela Lei n. 11.534, que criou a Escola Técnica Federal em Macapá, transformada, em 2008, no IFAP. Explica os motivos da escolha do município de Laranjal do Jari para implantar o segundo campus e destaca que ele possui a terceira concentração populacional do estado, por integrar a região do Vale do Jari.

Realizou entrevistas com gestores e foi relatado que o único município que fez a proposta para receber o segundo campus foi Laranjal do Jari. Para isso, foi considerado o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a localização, já que atenderia a toda a região. Outro fator importante para a escolha foi o desenvolvimento territorial. Por meio de uma nova configuração territorial, Laranjal do Jari passou a constituir o Território da Cidadania Sul do Amapá, que abrange uma área de 46.787,90 km², sendo composto pelos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari. O Território Sul possui 62.118 habitantes, dos quais 9.556 residem na zona rural, correspondendo a 15,38% do total. São 680 agricultores familiares, 3.537 famílias vivendo em assentamentos e duas comunidades indígenas. O IDH da região é 0,70 segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012, citado pelo autor.

Macapá foi escolhida para implantar o primeiro campus por ser a capital e ter a maior concentração demográfica, com cerca de 397.913 habitantes (59,5%), além de infraestrutura necessária para que fosse implantado. Foram realizadas duas audiências públicas com autoridades, comunidade local, entidades, governador do estado, o secretário de educação, entre outros, ficando decidido que os cursos a serem ofertados considerariam o desenvolvimento local e regional.

O primeiro processo seletivo para o início dos cursos em Macapá ocorreu em 2010. As aulas se iniciaram no segundo semestre, com as obras em andamento. O primeiro concurso público foi realizado em março de 2010, e os candidatos começaram a tomar posse em agosto nos dois *campi*. O IFAP fez parceria com o governo do estado, que assegurou o espaço físico para o início das aulas. As aulas foram iniciadas com os cursos subsequentes de Técnico em Informática e Técnico em Edificações, com 70 vagas em cada um. Os cursos ofertados no ano de 2011 integrados ao Ensino Médio (EM) foram: Técnico em Informática, Técnico em Edificações, Técnico em Alimentos e Técnico em Mineração, com 320 vagas, sendo 80 para cada curso. Em 12 de março de 2012, iniciaram-se as aulas no prédio do IFAP, sendo esperados mais de mil alunos nos cursos técnicos, ensino superior, Programa Mulheres Mil e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A infraestrutura é suficiente para atender à demanda de alunos do IF.

O autor continua relatando que, de 2012 a 2014, foram ofertados os seguintes cursos na modalidade Subsequente e Integrados ao Ensino Médio: curso Técnico em Redes de Computadores, Edificações, Alimentos, Mineração. Na modalidade a distância, também se ofereceram os cursos Técnico em Segurança no Trabalho, Serviços Públicos, Informática para Internet, Manutenção e Suporte em Informática.

Sobre o campus Laranjal do Jari, as aulas se iniciaram no dia 06 de setembro de 2010, no espaço cedido pela Universidade Federal do Amapá, com os cursos na modalidade Subsequente: Técnico em Informática, com 120 vagas, e Secretariado e Secretariado Escolar, com 80 vagas cada um. No ano de 2011, iniciaram-se os cursos subsequentes em Técnico em Meio Ambiente, com 30 vagas, e os cursos integrados ao EM de Técnico em Meio Ambiente e de Informática, com 80 vagas para cada, e Técnico em Secretariado, com 40 vagas. No ano de 2014, depois de se manter em vários locais provisórios, o campus instala sua sede no bairro Cajari, recebendo mais de 700 alunos.

Enfatiza que houve a construção de mais duas unidades no estado em funcionamento, Santana e Porto Grande, e em Oiapoque o campus está sendo construído. O Programa Mulheres Mil e o PRONATEC se iniciaram em 2013 no IFAP em oito municípios, ofertando cursos técnicos e de qualificação profissional em locais de difícil acesso, atendendo estudantes e trabalhadores de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social. A escassez da mão de obra qualificada fez com que 94% das vagas fossem preenchidas nos cursos do PRONATEC.

Uma das maiores dificuldades relatadas foi a respeito do Campus Laranjal do Jari e da questão do deslocamento, pois ele se localiza a 320 km da capital, com uma estrada em péssima qualidade, em boa parte sem asfalto. Não existe transporte coletivo para o deslocamento dos servidores e de alunos até o campus, o que dificulta o acesso. A maioria dos alunos faz o trajeto a pé, de bicicleta, táxi ou ônibus particular com horário estipulado. No período chuvoso, tal deslocamento pode durar de oito a dez horas. Os servidores que trabalham no campus residem, em sua maioria, no município de Almerim, devido à falta de atendimento médico, saneamento básico, moradia e lazer.

A pesquisa constatou que o território da Cidadania estabelece uma relação direta com as áreas geográficas para a escolha dos novos *campi* no IFAP. É necessário ter clareza dos limites políticos e geográficos, bem como dos aspectos culturais e econômicos de cada região na definição dos cursos ofertados, em respeito ao arranjo local. O pesquisador se deparou com a dificuldade dos servidores em desempenhar suas funções nos espaços físicos improvisados. Eles tiveram persistência e responsabilidade com a instituição. Novos desafios vão se apresentando à medida que o processo de constituição do IFAP vai se consolidando no estado.

A DISSERTAÇÃO DE MOREIRA

Moreira (2015), em sua dissertação, escolheu como objeto de pesquisa a atual conjuntura da Educação Profissional, tendo como análise de estudo o Campus Panambi do Instituto Federal Farroupilha (RS), investigando como aconteceu o processo de interiorização na região. Os principais conceitos discutidos foram o trabalho, o mundo do trabalho, a formação integrada e a relação do modo de produção com a educação. O autor refletiu sobre como uma escola pública federal, localizada no interior, contribuiu para a emancipação dos indivíduos, pois as práticas consolidadas na Rede Federal cooperaram para que haja inserção no mundo do trabalho e formação humana integral.

Ele desenvolveu seus estudos pela pesquisa bibliográfica, análise documental de leis, documentos da instituição e reportagens de jornal, formulando a hipótese de que a interiorização da oferta da Educação Profissional, por meio da Lei n. 11.892/08, que criou os Institutos Federais, visava a introduzir uma grande parcela da sociedade excluída do mercado de trabalho, buscando emancipar socialmente os cidadãos, principalmente aqueles que não tinham oportunidades de estudo e trabalho fora dos grandes centros metropolitanos do país. Destaca que o Campus de Panambi teve sua história iniciada por meio de acordo entre poder público municipal e entidades da comunidade local com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Houve audiências públicas na cidade, sendo pedidos cursos nas áreas de Agroindústria, Edificações e Química e, principalmente, um curso para operações de pós-colheita de grãos, pois esta é a principal atividade econômica das empresas locais e regionais.

Traz um recorte contendo um relato do jornal *Folha das Máquinas* (2010, p. 1), com a seguinte escrita sobre a implantação do campus no interior do Estado do Rio Grande do Sul:

Com certeza o dia 2 de agosto de 2010 vai ficar na história do ensino técnico de Panambi e região. Nessa data iniciaram as aulas no Campus Panambi do Instituto Federal Farroupilha. Com 135 alunos distribuídos em cinco cursos (Técnico em Agroindústria – subsequente, turno da manhã; Técnico em Edificações – subsequente, turno da tarde; Técnico em Secretariado, Técnico em Edificações – Proeja e Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, turno da noite), a escola federal voltada para a formação profissional abre um novo tempo na cidade e na região. Com alunos de Panambi e também procedentes de diversos municípios da região, o Instituto Federal Farroupilha tem aulas nos três turnos. No primeiro semestre de 2011 o número de alunos passará de 300 com mais alguns cursos.

Observa que, desde a implantação até o ano de 2014, o Campus Panambi cumpre a função social da educação consolidada na política da expansão. No primeiro semestre de 2011, foi ofertada a Licenciatura em Química, com 35 vagas anuais; posteriormente, em 2014, iniciou-se com 30 vagas o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. O Campus oferta também, desde 2014, a Especialização em Gestão Escolar e Gestão Pública. Os cursos ofertados na modalidade integrada, desde a criação até o momento, são o Técnico Integrado em Química, Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Edificações Modalidade PROEJA e técnico em Alimentos Modalidade PROEJA.

Dando continuidade, destaca que os cursos atendem e promovem o desenvolvimento local e regional. O curso de Alimentos incentiva o empreendedorismo local, formando profissionais aptos ao exercício das suas funções e conscientes das suas responsabilidades. O curso técnico em Pós-Colheita de Grãos foi aprovado por resolução do Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha, em 09 de setembro de 2011. Este curso é inédito e não consta no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2012) do Ministério da Educação. A sua

criação se justificou devido à agricultura de cultivo de soja, milho e trigo, que necessitam do armazenamento de forma correta.

Também relata que o Curso Técnico em Agricultura de Precisão ofertado pelo Campus Panambi é oferecido na cidade de Não-Me-Toque/RS, e as aulas acontecem por meio de um convênio com a prefeitura do município. O curso atende à realidade e às necessidades do APL do município e região, sendo importante e relevante para a inserção social na economia local. Na sequência do texto, analisando o documento Plano Municipal de Educação de Panambi 2015-2024, a ponta que o Instituto Federal Farroupilha – Campus Panambi ajudou na melhoria dos índices da educação municipal. No EMI e nos cursos subsequentes, o número de matrículas aumentou de 1.531, em 2013, para 1.883, no ano de 2015, o que significa um crescimento de 22% no número de matrículas efetivadas no Campus Panambi.

Em suas conclusões, o autor constata que as políticas públicas da EPT têm objetivos amplos que formam e preparam o indivíduo para as mudanças que acontecem no mundo do trabalho. Ao ofertar o EMI e os cursos superiores, houve um aumento da escolaridade da população, proporcionando formação profissional e um ganho social por meio da educação. O campus do IF Farroupilha, instalado na cidade de Panambi, teve uma relevância imensa para a oferta do ensino profissional público, trazendo transformações sociais e locais. O autor finaliza afirmando que a dissertação cumpriu o seu papel, aproximando na medida do possível a compreensão posta, por meio da visão do pesquisador, dos novos debates e do problema de pesquisa.

A DISSERTAÇÃO DE ESTEVO

O texto escrito por Estevo (2016) procurou avaliar a política de expansão territorial do Instituto Federal São Paulo (IFSP) – Campus Araraquara, investigando o estabelecimento de relações entre os eixos tecnológicos implementados nos novos *campi* e o APL. Realizou a pesquisa com abordagem qualitativa, sendo um estudo de caso sobre o IFSP, com pesquisa bibliográfica documental, coleta de dados socioeconômicos e entrevistas semiestruturadas com o Diretor do Campus Araraquara, dois ex-diretores, o Pró-Reitor do Desenvolvimento Institucional e quatro servidores, visita em lócus e análise com o método de análise histórico-estrutural. Entre os conceitos que embasaram a pesquisa, está o da Educação Profissional, relacionado com a educação, trabalho, desenvolvimento, conhecimento, arranjos locais, disputas e tendências.

O pesquisador relata que o seu interesse pela pesquisa surgiu quando iniciou como bibliotecário no IFSP no ano de 2013. Ele observou que havia três *campi*, criados em 1910, 1987 e 1996, e, posteriormente ao programa de expansão, entre os anos de 2006 e 2014, foram criadas 39 unidades, com 92 cursos técnicos, 52 cursos superiores e três especializações. O autor enfatiza que muitos *campi* não oferecem os cursos técnicos, ficando em desacordo com a lei, que determina que 50% das vagas devem ser ofertadas para esses cursos.

Relata que, no estado de São Paulo, somente o IFSP compõe a rede técnica federal, com o maior número de *campi* no país, no total de 42. Segundo ele, o governo federal estuda a possibilidade da divisão do IFSP, pois, na segunda fase da expansão, foram criados 18 *campi* no interior do estado, o que tem sido um desafio imenso para a gestão institucional.

O campus Araraquara, escolhido como lócus da pesquisa, iniciou suas atividades em 16 de agosto de 2010 com a Portaria Ministerial n. 1.170, de 21 de setembro de 2010, que homologou sua existência. O terreno para a construção foi cedido pela prefeitura e, de acordo com o autor, encontra-se numa localização inadequada. O site do campus apresenta no momento a existência de 52 docentes, divididos do seguinte modo: 14 da área de

Ciências e Matemática, 17 da área de Indústria e 21 da área de Informática, além de 38 técnicos administrativos.

Os cursos foram escolhidos de acordo com a concepção dos APLs do governo de São Paulo, contudo, o pesquisador descreve que a escolha foi influenciada pela pressão por cursos de baixo custo e oferta de curto tempo de duração. Assim, os cursos ofertados no campus na modalidade concomitante e subsequente, escolhidos por meio de audiências públicas, foram os do Técnico em Mecânica e do Técnico em Informática, iniciados em 2010 com 160 alunos matriculados naquele momento e que, posteriormente, entre 2012 e 2014, passaram a ser ofertados integrados ao ensino médio. No ano de 2011, foram criados os cursos superiores de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Matemática e Tecnólogo em Mecatrônica Industrial, aumentando em 130% o número de matrículas.

A seguir, destaca que, de acordo com os entrevistados, mesmo não existindo uma política de coleta sistematizada sobre os egressos, são narradas histórias de sucesso no mercado profissional ou no ingresso da pós-graduação. Ele ainda explica que os cursos ofertados foram escolhidos de acordo com o interesse de empresas da região e dos políticos locais, que fizeram acordos para que o IF fosse criado. Nas audiências públicas, foi apresentado para a comunidade o conceito do IF. Alguns entrevistados não consideraram que seriam importantes os APLs para a escolha dos cursos, e foi relatado que a Prefeitura ajuda fornecendo transporte, espaços para eventos, apoio nos eventos.

O pesquisador concluiu que os IFs esbarram na compreensão da sua missão, identidade e prioridade ao fazer a sua divulgação diante da comunidade. O protagonismo do processo das áreas a ser implementadas está centrado no prefeito, que conduz a negociação com as possíveis vias institucionais, geralmente com a reitoria ou a SETEC intermediando a relação com as empresas e audiências públicas, que se restringem ao cumprimento de uma formalidade já previamente acordada. As áreas dos cursos ofertados não tiveram como fator decisivo a relação como sucroalcooleiro, os setores de confecção têxtil, floricultura e os equipamentos odontológicos, Arranjos Produtivos Locais, identificados na região do campus. Os cursos estão alinhados com os APLs de São Paulo e não de Araraquara, já que um grupo de empresas exerce influência nas decisões do IFSP – Campus Araraquara.

A DISSERTAÇÃO DE SANTOS

Santos (2016) realizou seus estudos tendo como objeto de pesquisa a implantação do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – Campus Ibatiba, no interior do estado, buscando compreender os impactos da chegada da educação profissional e gratuita para a cidade de Ibatiba e região. Fez levantamento bibliográfico, análise documental, pesquisa institucional, análise de dados e estudo de caso, com recorte temporal de 2011 a 2014. Os conceitos discutidos pelo autor foram dualidade da educação brasileira, políticas públicas de expansão e interiorização, trabalho como princípio educativo. Esclarece que acompanhou e vivenciou o funcionamento do campus, sendo gestor do ensino desde a sua criação em fevereiro de 2011 até março de 2014. Foi o primeiro docente nomeado para trabalhar na instituição, em 2010, e continua lecionando até hoje.

Na sequência, o autorrelata que Ibatiba fica localizada na macrorregião sul do Espírito Santo e na microrregião do Caparaó. Em 2010, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população total era de 22.366 habitantes. Esclarece que, no ano de 2011, 120 discentes foram matriculados na instituição; em 2012, foram 217 matrículas; em 2013, havia 238 alunos matriculados e, no ano de 2014, subiu para 288 discentes. A faixa etária registrada em todos os anos foi de 15 a 17 anos. Em todo o período analisado, cerca de 75% dos alunos residiam na área urbana. Nos dois primeiros anos analisados, 90% dos alunos ingressantes vieram das escolas públicas, baixando para

84,45% no ano de 2013 e aumentando para 86,45% no ano de 2014. No ano de 2011, o campus iniciou suas atividades com o curso de Meio Ambiente integrado ao ensino médio e, no ano de 2012, além do curso já existente, também foram iniciadas as atividades do curso Técnico em Florestas.

Da renda familiar, no ano de 2011, 42,5% dos alunos tinham renda inferior ou igual a 0,5 salário mínimo. No ano de 2012 e 2013, permaneceu a média em torno de 44% e, em 2014, aumentou para 58,33%. Nenhum aluno tinha renda superior a 2,5 salários mínimos em 2011. Já em 2013 subiu para três salários, apontando um aumento equivalente a um salário mínimo a cada ano.

O pesquisador finaliza seus estudos sobre o IFES – Campus Ibatiba sinalizando que, em fevereiro de 2011, foram convocados por meio de concurso público servidores administrativos e docentes efetivos, o que trouxe novos moradores para a região, elevando desse modo a geração de renda de Ibatiba e a escolarização da população. Os novos servidores vieram principalmente de Alegre, Colatina, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Vitória. Houve aumento de construção de prédios residenciais na cidade, prestação de serviços, locação de imóveis, construção de moradias, serviços de internet, alimentação e vestuário. Já no ano de 2014, o Campus Ibatiba tinha 28 docentes/pesquisadores efetivos com formação em diversas áreas do conhecimento e atuando no regime de dedicação exclusiva.

O autor ainda descreve que o campus Ibatiba contratou empresas terceirizadas para os serviços de limpeza, manutenção, vigilância e conservação, o que possibilitou que os moradores do município fossem contratados para a execução dos trabalhos na instituição. Dando continuidade às considerações finais, apresenta dados de relatório da gestão do campus Ibatiba, sinalizando que a instituição atende à classe social menos favorecida, gerando políticas de assistência estudantil, garantindo a permanência e combatendo a evasão escolar por meio da concessão de auxílios estudantis nas áreas de alimentação, transporte, uniforme, moradia e material escolar. Um dado muito positivo é que 60% dos formandos da turma do curso Técnico em Meio Ambiente foram aprovados em cursos de graduação em universidades públicas.

Até maio de 2016, não havia sido implantado nenhum curso de educação superior no campus. Estavam em preparação de projeto três cursos superiores: Licenciatura em Geografia, Matemática e Bacharelado em Engenharia Ambiental. A população local tinha uma grande expectativa para esses cursos, que seriam um marco histórico na cidade, pois não existe nenhum curso superior no município, sendo necessário se deslocar para cidades vizinhas para ter acesso ao ensino superior. Em suas últimas palavras, sinaliza que a pesquisa desenvolvida apontou que a unidade do IFES implantada na cidade de Ibatiba transformou, principalmente, a realidade local, mas também a regional.

A DISSERTAÇÃO DE NUNES

Nunes (2017) teve como propósito investigar como a interiorização do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – campus Murici, de certa forma, contribuiu para o desenvolvimento local e regional e o combate às desigualdades sociais. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, exploratória, estudo de caso, documental e utilizou-se de questionários, tendo como recorte temporal o período entre o ano de 2008 até dezembro de 2015. Os conceitos elencados para a pesquisa foram: políticas públicas, desenvolvimento local e regional e interiorização.

A autora descreve que o campus foi criado em 2010 no município de Murici, localizado na microrregião da Mata Alagoana, que é composta por 16 municípios e tem a agricultura de subsistência e os negócios rurais como atividade principal. Outros municípios e microrregiões do estado contemplados com *campi* do IFAL, também em 2010, foram Arapiraca, Maragogi, Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos.

O IDH (2010) de Murici ocupa a posição 5416^o no ranking nacional, e o estado ocupa a última posição nacional. De acordo com os dados do IBGE 2010 trazidos por Nunes (2017), mais da metade dos alagoanos não possui o ensino fundamental completo, um terço da população é analfabeta e somente 6,9% têm o ensino superior completo. Os dados mostram que os jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo representam 39,56%, enquanto os que possuem o ensino médio completo, com idade entre 18 a 20 anos, correspondem a 25,86%.

Assinala que o IFAL tem 16 *campi* ofertando 27 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, 13 cursos técnicos subsequentes, cinco cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade Jovem e Adultos, 19 cursos de Graduação, cinco de Pós-Graduação *latu sensu* e um curso de Pós-Graduação *stricto sensu*. O processo de interiorização aconteceu com a Lei n. 11.892/2008, que incorporou o primeiro PDI para o quinquênio de 2009 a 2013.

Segundo a autora, o IFAL em Murici começou as aulas no dia 02 de setembro de 2010, funcionando no prédio da Escola Municipal Astolfo Laves, passando a funcionar na sua sede somente no ano de 2016. Os cursos técnicos integrados ao ensino médio de Agroindústria e Agroecologia estão atendendo às necessidades locais e regionais, priorizando a capacitação dos agricultores familiares, quilombolas, assentados.

Aplicou questionários aos servidores, e estes relataram que a infraestrutura não atende a todas as necessidades, havendo pontos deficitários principalmente com relação aos laboratórios para as aulas práticas das disciplinas e salas de atendimento individual. Os discentes também enfatizaram que faltam laboratórios para as aulas práticas e materiais, como livros na biblioteca e computadores.

Nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, o número de vagas ofertadas no campus Murici, de 2010 a 2012, foi de 160; em 2013, foram ofertadas 120 vagas, caindo para 80 no ano de 2014; e, em 2015, foram registradas 128 vagas nos cursos de Agroecologia e Agroindústria, com duração de quatro anos. A taxa de evasão é muito alta, uma vez que até março de 2017 apenas 51 discentes haviam concluído os cursos. Para que haja diminuição da evasão, são desenvolvidas ações pela Pró-reitora de Ensino (PROEN), destacando-se às relacionadas à assistência estudantil, que englobam os auxílios estudantis.

Trazendo dados do relatório de gestão – 2010 a 2015, a pesquisadora destaca que, nos anos referentes ao relatório, foram desenvolvidos 115 Projetos de Extensão, com 249 bolsistas remunerados. No mesmo período, foram identificados oito programas de assistência estudantil, com um total de 4.458 assistências. Esses programas são essenciais para que os jovens permaneçam com êxito nos cursos, pois 75,2% possuem renda familiar de até dois salários mínimos. Descreve que, no ano de 2013, foram concedidas 88,58% de bolsas, beneficiando 357 estudantes do total de 403 matrículas ofertadas. Três quartos dos discentes viviam em situação de vulnerabilidade.

Participaram da pesquisa 125 discentes e, ao observar as origens dos alunos, destacou que 79,53% são provenientes das cidades localizadas na microrregião Serrana dos Quilombos, uma distância média de 37 km. A idade dos estudantes varia entre 14 a 27 anos. Dos relatos dos discentes, 90,4% disseram que residem com os pais e 93,6% vivem na zona urbana. Somente 9,6% haviam concluído os estudos na rede particular, 64% estudaram na rede municipal e 26,4% na rede estadual. Dos discentes, 82,2% declararam ter escolhido o campus para estudar por causa da qualidade do ensino, porque pretendiam ingressar no mercado de trabalho ou no curso superior. Os que se declararam negros e pardos correspondem a 47,4%, ficando a média superior à média nacional apontada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Assevera que os servidores que compõem o quadro de funcionários são 46 professores e 18 técnicos administrativos, sendo que 32 deles aceitaram participar da pesquisa. Um dado

interessante é que apenas um servidor reside em Murici, os demais residem em Maceió, sendo que a distância entre as duas cidades é de 51,7 quilômetros. Esse fato foi apontado como negativo, porque os servidores consomem pouco no comércio local e convivem pouco com a comunidade, uma vez que 14 servidores afirmaram nunca ter feito compras no comércio local. A maioria dos servidores não ocupa funções com gratificação, cumprindo seis horas diárias sem intervalo. Este fato faz com que muitos optem por continuar morando na capital. Conclui descrevendo que a escolha do município de Murici sofreu influência política, pois as atividades tiveram início em uma escola municipal, e a prefeitura doou o terreno para a construção. Ficou claro que a escolha dos cursos de Agroecologia e Agroindústria atendeu à região, pois a principal atividade é a produção de vegetais e animais no âmbito familiar.

A DISSERTAÇÃO DE LIMA

Lima (2017) procurou analisar a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), considerando a oferta de cursos e suas conexões com o perfil socioeconômico da Microrregião de Santo Antônio de Pádua, tendo em vista a proposta de regionalização presente no projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Campus Santo Antônio de Pádua, localizado no noroeste fluminense, Rio de Janeiro, foi implantado em 2015 na fase III da expansão, fazendo parte do IF Fluminense – que contém 12 *campi*, incluindo o polo de inovação – por meio da parceria com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua, que doou o terreno para a construção. O autor é servidor do campus e realizou os estudos com revisão bibliográfica, análise documental, pesquisas de dados estatísticos e entrevistas semiestruturadas com três gestores que participaram diretamente da implantação do Campus.

No município de Santo Antônio de Pádua, o setor das rochas ornamentais e o setor da celulose e papel empregam seis mil pessoas em várias empresas que exportam as rochas beneficiadas. A região noroeste fluminense e o município de Santo Antônio de Pádua, ao lado da região norte fluminense, são considerados os maiores produtores de extração mineral do estado do Rio de Janeiro, considerando as quantidades de jazidas minerais de rochas ornamentais e de revestimento. A região noroeste fluminense tem como arranjo local as rochas ornamentais, e Santo Antônio de Pádua está no centro da produção, concentrando um total de 154 empresas de extração e beneficiamento. Em Santo Antônio de Pádua, o setor de papel e celulose possui indústria de grande porte, sendo uma das principais atividades econômicas desenvolvidas, entretanto, nenhum dos *campi* do IF Fluminense oferta cursos na área de celulose.

Utilizando dados do portal do IF Fluminense, esclarece que, na ocasião do processo de implantação, em 2013, houve uma audiência pública no Teatro Municipal da cidade com o objetivo de abrir diálogo entre a comunidade e o IF Fluminense. Participaram cerca de 50 pessoas, gestores do IF Fluminense, secretários municipais, representantes da EMATER, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do sindicato das rochas ornamentais, pessoas ligadas ao comércio, agricultura, indústria local e regional.

O autor continua descrevendo que o relatório da Audiência Pública de 2013 aponta que houve a sugestão da criação de vários cursos, como agropecuária, geologia, engenharia de mineração, meio ambiente, fundição, solda, moveleira, eletricidade, tornearia e turismo local, porém, nenhum deles foi implantado até o ano de 2016.

A Portaria n. 27, de 21 de janeiro de 2015, autorizou o funcionamento do Campus, iniciando-se as aulas em 02 de fevereiro de 2015 com 80 alunos, nos cursos Técnico em Automação Industrial, Administração e Edificações, oferecidos na modalidade integrada ao EM. Em 2016, o número triplicou, contabilizando 247 alunos, com a implantação dos cursos Técnico em Logística Integrado/PROEJA e Técnico em Mecânica concomitante. O campus

atende alunos de nove municípios do estado do Rio de Janeiro e três municípios de Minas Gerais.

Por meio dos relatos dados nas entrevistas, esclarece que a prefeitura demonstrou muito interesse em receber o campus, sinalizando que a implantação do campus não considerou o levantamento das principais atividades econômicas da região, tal como preconizado pelo artigo 6º da Lei n. 11.892/2008. Não houve um mapeamento das potencialidades e nenhum estudo formal da região para subsidiar a escolha dos cursos. Houve apenas a audiência pública e algumas sondagens informais, que, entretanto, foram desconsideradas. Um dos entrevistados relatou que o primeiro Diretor-Geral do Campus foi um professor do Campus Centro e ele era da área da indústria, então, de certa forma, isso contribuiu para a escolha dos cursos ofertados.

Conclui observando que o fortalecimento dos arranjos produtivos locais tem ficado esquecido na implantação dos *campi*, porque parece ser uma prática efetiva do IF Fluminense. Nenhum curso sugerido na audiência pública foi implantado, e o campus não pode continuar desconsiderando as principais características do local onde foi criado, simplesmente pelo fato de ter gestores com experiências em outras áreas em outros *campi* do IF Fluminense. É preciso dialogar com as representações culturais, sociais e produtivas para que haja impacto na qualidade de vida das pessoas. A falta de estudos e registros dificulta a tomada de decisão da gestão sobre a implantação dos cursos, contudo, desde 2016, foi criada a Diretoria de Planejamento Institucional, a fim de melhorar o diálogo com as representações locais de cada campus.

A DISSERTAÇÃO DE MONTE

O texto escrito por Monte (2019) procurou analisar o processo de implantação e atuação do Instituto Federal Piauí (IFPI) – Campus Angical, instalado na cidade de Angical, localizada na microrregião do Médio Parnaíba piauiense. Para o desenvolvimento do trabalho, a autora fez a pesquisa com caráter descritivo e exploratório, sendo um estudo de caso, com levantamento bibliográfico e documental. Os conceitos discutidos na pesquisa foram: território, desenvolvimento local e regional, formação integrada, expansão e interiorização.

No município de Angical, a principal atividade econômica é a leiteira, sendo os arranjos produtivos locais concentrados na área da agropecuária e serviços. Por meio dos pequenos produtores locais, houve um convênio entre o poder executivo local e o IFPI – campus Angical, implantando uma fábrica de beneficiamento de leite na cidade.

Tratando-se do IFPI, a autora escreve que a instituição possui 20 *campi* localizados em 18 municípios do estado. Sobre o Campus Angical, houve influência política para a sua implantação, já que ele é resultado de um projeto elaborado em 2007 com as características necessárias para que o município fosse contemplado com a instalação do campus, tendo como objetivo dar dinamidade à economia local e aumentar o consumo de produtos e serviços, uma vez que estimularia o surgimento de empreendimento local, gerando emprego e renda.

Destaca que o Campus Angical foi inaugurado no dia 1º de fevereiro, em 2010, na segunda fase da expansão dos Institutos Federais de Educação, sendo instalado no espaço que antes era a Associação Atlética do Banco do Brasil. Desse modo, aproveitou-se uma estrutura que já existia, realizando-se adaptações e reformas no local escolhido para ser o campus. As atividades se iniciaram em 15 de março de 2010, atendendo a população de Angical e dos municípios circunvizinhos, embora alunos de mais de vinte municípios diferentes, até mesmo do estado do Maranhão, tenham estudado na instituição, buscando um ensino de qualidade.

As atividades letivas se iniciaram em 2010, com 207 alunos matriculados nos cursos Técnico Integrado em Administração, Informática, Técnico concomitante e subsequente em Informática e Comércio e Licenciatura em Matemática, com 40 vagas ofertadas em cada curso. No ano de 2011, foi iniciada a Licenciatura em Química.

Atualmente, o campus passou a ofertar o curso Técnico em Alimentos, Licenciatura em Física e bacharelado em Administração. No ano de 2019, havia 831 matrículas ativas nos cursos. Os alunos são das cidades da microrregião do Médio Parnaíba e do Território Entre Rios, principalmente das cidades localizadas no entorno. O campus atende alunos do estado do Maranhão que procuram por cursos com qualidade. As prefeituras das cidades vizinhas disponibilizam transporte para os alunos estudarem na instituição. A maioria dos alunos é de baixa renda, sendo que 52,2% sobrevivem com renda de um salário mínimo e 27,5% têm renda de dois salários mínimos.

A autora descreve que uma estratégia adotada para a permanência nos cursos é o trabalho da assistência estudantil, que oferece suporte em diversas frentes, quais sejam: Programa de Iniciação Científica (PIBIC); monitoria; programa de acolhimento ao estudante ingressante; benefício estudantil aos alunos em situação de vulnerabilidade social. De 2014 a 2018, foram 482 alunos beneficiados com a assistência estudantil.

Observa que os cursos ofertados se voltaram para os setores terciário e secundário, estando sintonizados com a economia local e regional, porém, não foi contemplada a agropecuária, setor no qual, segundo o IBGE, em 2010, trabalhavam 37,26% das pessoas da região. Uma das sugestões apresentadas pela autora é que seja criado o curso de Agropecuária para o atendimento dessa demanda.

Um dos principais propósitos da instituição é atuar em benefício da comunidade desenvolvendo pesquisas aplicadas e oferecendo soluções técnicas e tecnológicas em sintonia com as reais necessidades regionais. Só no ano de 2018, o IFPI- Campus Angical investiu um total de R\$ 2.090.106,90 (dois milhões e noventa mil e cento e seis reais e noventa centavos) para o desenvolvimento de pesquisa científica. Contudo, no ano de 2017, iniciou-se na instituição o registro eletrônico de projetos, por meio do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), constando 207 projetos em 2017, 352 no ano de 2018 e 144 em 2019.

Ao observar a região, foi constatado que, dos 38 projetos de pesquisa vinculados ao PIBIC ou voluntários, apenas 20 eram específicos para a estrutura dos laboratórios e formação docente, com os demais estando voltados para a realidade local. Porém, a autora considera que é grande o número de pesquisas que não têm contribuído para o desenvolvimento local e regional. Ela acredita que a falta de conhecimento por parte dos servidores sobre as diretrizes, finalidades e objetivos das políticas institucionais é a causa de estar acontecendo esse fato no campus. A prática pedagógica precisa estar articulada para promover o desenvolvimento do território e as pesquisas necessitam contribuir com a cidade e a região.

Conclui sua pesquisa ressaltando que, até o término da dissertação, não existia no campus nenhum tipo de acompanhamento dos egressos e, dessa forma, não existe política de monitoramento dos discentes que concluíram os cursos. Tal acompanhamento precisa ser implementado em todos os *campi* do Piauí, porque, por meio dele, é feita a avaliação e o direcionamento de decisões importantes no âmbito das ações institucionais. Ficou claro que o campus atende os discentes oriundos de famílias carentes, elevando a escolaridade da população tanto do município como de cidades vizinhas e contribuindo para a melhoria de vida.

Ela destaca que a maioria dos cursos está alinhada à realidade local, porém a agropecuária não foi contemplada com nenhum curso. A autora reflete sobre a importância

de avaliar os projetos de pesquisa e extensão para que contribuam mais com o desenvolvimento local, sugerindo a criação de um documento específico para que se padronizem as atividades de extensão. Considera fundamental que haja avaliação da prática docente e formação, pois as pesquisas são conduzidas pelos docentes, e finaliza seu texto enfatizando que as novas pesquisas devem ser feitas considerando o desenvolvimento local, por meio das atividades de pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No levantamento bibliográfico que realizamos, intencionamos verificar os impactos do processo de interiorização e expansão nos municípios e região onde foram instalados os *campi*. Assim, o que vimos num primeiro momento foi que, na maioria dos IFs analisados pelos pesquisadores, a construção da instituição promoveu o desenvolvimento local e regional, elevando a escolaridade da população e da região, oportunizando a muitos jovens e trabalhadores a aquisição de uma profissão, por meio de um curso técnico integrado, concomitante ou subsequente.

Na primeira fase da expansão da Rede Federal, foram construídas as instituições nos estados do Amazonas e Amapá. Essas instalações trouxeram progressos e desenvolvimento para esses locais e regiões, a população passou a ter a oportunidade de fazer um curso técnico gratuito profissionalizante com qualidade, no qual se prioriza a formação humana integral. Percebemos também que os municípios de Laranjal do Jari e Panambi, que fizeram o projeto atendendo às solicitações do MEC, doando terrenos e ofertando transporte, foram contemplados com as unidades na segunda fase da expansão. O programa foi a maior política pública para atender a classe trabalhadora.

No IFSP Campus de Araraquara e no IF Fluminense Santo Antônio de Pádua, não se priorizaram os APLs para escolher os cursos que seriam ofertados. As escolhas foram feitas devido às interferências políticas. Observamos que tais interferências são muito fortes, pois as audiências públicas não foram respeitadas na implantação dos cursos. Os pesquisadores também deixaram claro que apenas ofertar a vaga com o acesso não é suficiente para que as pessoas que residem longe dos *campi* possam concluir esses cursos com êxito. A assistência estudantil, por meio de residência, transporte e programas de iniciação científica, é essencial para que os alunos de baixa renda consigam permanecer e ter sucesso nos estudos.

O IFAL Campus Angical, o IFAM e o Instituto Federal Farroupilha – Campus Panambi elevaram os estudos da população local e das regiões vizinhas, e suas instalações trouxeram mudanças sociais na vida da comunidade. O IF Goiano – Campus Ceres também trouxe progresso para o Vale do São Patrício, gerando emprego e renda.

Essas pesquisas evidenciaram as mudanças ocorridas com o processo de interiorização e expansão dos IFs, que provocou o desenvolvimento local e regional, com a ampliação das vagas e da oferta de novos cursos. De acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha, os IFs cumprem o seu objetivo com relação às vagas ofertadas nos cursos técnicos do Ensino Médio Integrado, pois, enquanto a lei diz que ao menos 50% das vagas ofertadas devem ser do EMI (BRASIL, 2008), o IF está ofertando 68% em nível nacional. Quando a análise é regionalizada, são verificadas para os cursos técnicos as seguintes porcentagens: 71,88% no nordeste, 70% no norte, 65,58% no sul, 64,55% no centro-oeste e 64,99% no sudeste (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2018).

No entanto, apenas ofertar a vaga não é suficiente, pois os IFs têm muitos desafios para serem superados. Muita coisa melhorou, mas houve também muitos cortes de recursos públicos. É preciso que sejam criadas mais políticas públicas para que não haja a evasão dos cursos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, C.N.P.; CAMPINHO, A.L.M.C.; ARRUDA, A.P.S.N. As prerrogativas dos institutos federais e a oferta educacional. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro, n. 19, Dossiê Retomada econômica pós-pandemia, jul.-dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília-DF, 2008.

ESTEVO, M.R.T. **Educação profissional no Brasil e a interiorização do Instituto Federal de São Paulo**: trajetórias e lógicas da expansão. Universidade Federal de São Carlos, 2016.

FERNANDES, F.C.M. Novo design para a Rede Federal de Educação Tecnológica. **Holos**, Ano 24, v. 3, 2008.

LEITE, E.A. **A expansão e a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas sob a ótica da qualidade**. Universidade Federal do Amazonas. 2013.

LIMA, F.S. **A implantação do campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**: uma discussão sobre a proposta de oferta de cursos e sua inserção regional. Universidade Candido Mendes, 2017.

MACEDO, P.C.S. **Educação profissional e desenvolvimento territorial**: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

MONTE, L.A. **Expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação**: reflexões sobre a implantação e atuação do IFPI – Campus Angical. Universidade Federal do Piauí, 2019.

MOREIRA, V.G.S. **A política pública da educação profissional e tecnológica no campus Panambi do Instituto Federal Farroupilha**. Dissertação final de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Educação nas Ciências, 2015.

NUNES, G.V.A.L. **A interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Alagoas**: o campus Murici. Centro Universitário Tiradentes, 2017.

PALASIOS, P.C. **A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres**: perspectivas e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Ciências), Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2012.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Fundação Santilanna. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PNP**. 2018 v. 2 (Ano Base 2017). Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTOS, F.A.L.F. **Expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional**: reflexões sobre a implantação do IFES Campus Ibatiba. Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação e Sociedade. Seropédica/RJ, maio de 2016.



Revista
Ciências & Ideias